

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São
2 João – CBHLSJ. Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte
3 e três, às dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *JitsiMeet*),
4 tendo como pauta os seguintes assuntos: **1. Aprovação da Priorização de Ações e**
5 **Metas para os anos de 2023 – 2027, referentes ao Contrato de Gestão nº 61/2022; 2.**
6 **Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes representantes, por
7 videoconferência, conforme lista de presença: Sra. Gisela Livino (Instituto Chico
8 Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio); Sr. Wilson Luiz Nicodemos
9 (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro -
10 EMATER-RIO); Sra. Ana Paula Rodrigues (Prefeitura Municipal de Araruama); Sr.
11 Jorge Augusto da Costa Oliveira (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Sra. Keila
12 Ferreira da Silva (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Sr. João Paulo Arruda
13 (Prefeitura Municipal de Iguaba Grande); Sr. Murilo Balbino Valgueiro (Prefeitura
14 Municipal de Rio Bonito); Sra. Luciana de Almeida Neri (Prefeitura Municipal de Rio
15 das Ostras); Sra. Monique Gomes Abrantes (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras);
16 Sr. Leonardo Rosas Jacinto (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Sra.
17 Gabriela Figueiredo da Conceição (Prefeitura Municipal de Silva Jardim); Sr. Arnaldo
18 Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Sr. Vinícius Carvalho da Silva Mendes
19 (Associação Raízes); Sra. Dalva Rosa Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o
20 Desenvolvimento Sustentável - IPEDS); Sra. Sandra Bárbara (Instituto de Pesquisas e
21 Educação para o Desenvolvimento Sustentável - IPEDS); Sra. Kátia Regina Lima
22 (Movimento de Mulheres de Iguaba Grande - MOMIG); Sr. Clelvio Martins Castello
23 (Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande); Sr. Eduardo Gomes
24 Pimenta (Universidade Veiga de Almeida - Campus Cabo Frio); Sr. Jorge Carmo de
25 Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA); Sra. Irene
26 Alves de Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA); Sr.
27 José Carlos Teixeira (Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças
28 Integradas - APESCARPGIN); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de
29 Araruama - CNA); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de Iguaba
30 Grande - Z29); Sra. Caroline Souza Fernandes (Concessionária Águas de Juturnaíba -
31 CAJ); Sra. Suzana Nascimento de Souza (Concessionária Águas de Juturnaíba - CAJ);
32 Sr. Marcio Reis (Dois Arcos Construções e Gestão de Resíduos LTDA); Sr. Ricardo
33 Fernando Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN);
34 Sr. Nelson Ferreira da Costa (ITOGRASS Agrícola Ltda); Sra. Stephani de Souza
35 Brunetti (Concessionária Prolagos); Sr. Felipe Luz Liberato (Concessionária Prolagos);
36 Sr. Vitor Gomes Silva (Tosana Agropecuária Ltda); Sra. Raquel Trevizam (Secretária
37 Executiva do CILSJ); Sra. Cláudia Magalhães (Coordenadora Técnica-administrativa do
38 CILSJ); Sra. Marianna Cavalcante (Coordenadora de Projetos do CILSJ); Sr. Leonardo
39 Nascimento (Analista Técnico do CILSJ/CBHLSJ); Sra. Jéssica Berbat (Analista
40 Técnica do CILSJ/CBHLSJ); Sra. Samara Miranda (Assistente administrativa do
41 CILSJ/CBHLSJ); Sra. Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação –
42 CILSJ/CBHLSJ); Sra. Fernanda (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sr. Emídio
43 Fernandes (Associação Raízes); Sra. Alejandra Aguilar (Associação Raízes). O Sr.
44 Eduardo Pimenta iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida,
45 passou a palavra a Sra. Marianna Cavalcante, Coordenadora de Projetos do CILSJ, para
46 prosseguir com a apresentação do documento de Priorização de Ações e Metas para os
47 anos de 2023 a 2027. A mesma contextualizou que na reunião de Plenária, realizada no
48 dia 12 de dezembro de 2022, foi aprovado o “Programa Anual de Atividades e
49 Desembolso – PAAD 2023”, que consistiu em um planejamento para o novo Contrato

50 de Gestão nº 61/2022 (CG nº 61/2022). Tal planejamento trazia dentre muitos
51 indicadores, presentes no referido Contrato, o indicador de execução física de projetos e
52 ações, e neste indicador havia a meta que até 29 de abril, fosse enviado ao INEA, uma
53 matriz com as prioridades de ações e metas. A Sra. Marianna Cavalcante esclareceu
54 que na reunião supracitada, o Comitê havia elencado 04 (quatro) ações prioritárias e na
55 última reunião da Diretoria Colegiada, realizada no dia 18 de abril de 2023, foram
56 acrescentadas mais duas ações, também consideradas prioritárias. Prosseguiu, então,
57 com a apresentação do documento denominado “Priorização de Ações e Metas para os
58 anos de 2023 a 2027”, indicando o contexto do CG 61/2022 no qual o documento estava
59 inserido, os objetivos do mesmo, critérios adotados para escolha das ações, destacando
60 os objetivos e metas das ações priorizadas pelo Comitê, sendo estas, Monitoramento de
61 Corpos Hídricos, Restauração Ecológica, Educação Ambiental e Comunicação Social,
62 Saneamento, Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica
63 Lagos São João (SIGA São João) e o Plano de Recursos Hídricos da Região
64 Hidrográfica Lagos São João (Plano de Bacia). Atentou que foi observado um erro no
65 documento disponibilizado previamente aos membros, no parágrafo que tratava sobre os
66 saldos remanescentes que o CG nº 61/2022 recebeu do Contrato de Gestão nº 01/2017
67 (CG nº 01/2017), entretanto, o documento apresentado era a versão corrigida e seria
68 disponibilizada posteriormente aos membros. Finalizando, destacou que o conteúdo do
69 documento apresentado contemplava a especificação prevista no CG nº 61/2022 para o
70 atingimento da meta para o ano de 2023 do Indicador 3. O Sr. Arnaldo Villa Nova
71 parabenizou a Sra. Marianna Cavalcante pela apresentação, e questionou se os valores
72 de saneamento descrito no documento tinha como base a distribuição de 70% (setenta
73 por cento), conforme estabelecido na Lei nº 5.234/08. A Sra. Marianna Cavalcante
74 respondeu que sim. Logo depois, o Sr. Arnaldo Villa Nova sugeriu, para o futuro,
75 acrescentar uma coluna com o *status* de cada ação, para acompanhamento dos membros.
76 A Sra. Marianna Cavalcante respondeu que realizaria a inclusão solicitada. O Sr.
77 Arnaldo Villa Nova ressaltou a importância de incluir a previsão de análises
78 emergenciais no contrato de monitoramento dos corpos hídricos da Região Hidrográfica
79 VI (RH VI). A Sra. Marianna Cavalcante destacou que foi dado andamento a renovação
80 do contrato de monitoramento vigente, para o segundo ano, conforme solicitado pela
81 Câmara Técnica de Monitoramento das Águas (CT Monitoramento), com anuência da
82 Diretoria Colegiada do CBHLSJ, de toda a forma, a demanda seria incorporada ao
83 escopo do serviço, e seriam dadas as devidas providências administrativas, visando
84 incluir tal item ao contrato vigente. O Sr. Ricardo Guadagnin também parabenizou a
85 apresentação, em seguida, abordou o trecho do documento que dizia “Fomentar o uso
86 múltiplo e integrado dos recursos hídricos”, que tinha como meta a “Implementação do
87 Plano de Usos Múltiplos da Lagoa de Araruama”, questionando o que compreendia a
88 lógica de usos múltiplos. A Sra. Marianna Cavalcante respondeu que os usos múltiplos
89 da água estavam previstos na Política de Recursos Hídricos, tanto a nível estadual
90 quanto a nível nacional, que tinha como objetivo garantir o uso da água pelos mais
91 diversos públicos e para as mais diversas finalidades. Com isso, o plano de usos
92 múltiplos da lagoa de Araruama, seria uma ferramenta para viabilizar que ela fosse
93 utilizada tanto para fins econômicos quanto para fins turísticos, de lazer, entre outros.
94 Finalizou, elucidando que tal plano era parte integrante da revisão do Plano de Recursos
95 Hídricos da RH VI. O Sr. Ricardo Guadagnin questionou onde entrava o Comitê, como
96 conselheiros, na participação da definição dos usos múltiplos, ou de prioridades, ou de
97 colocar necessidades percebidas junto às comunidades. O Sr. Eduardo Pimenta entrevistou,
98 respondendo que o momento era único e ímpar de uma participação efetiva, inclusiva e

99 intensa na revisão do plano de bacia. O Sr. Ricardo Guadagnin comentou que dentro da
100 Câmara Técnica de Restauração Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, a pegada de
101 desenvolvimento sustentável vinha a se unir com a lógica de usos múltiplos dos
102 recursos hídricos, em seguida, questionou se ainda estava ocorrendo a rediscussão sobre
103 os usos múltiplos, ressaltando a importância de contemplar o balizamento da laguna de
104 Araruama, para proporcionar a navegabilidade na mesma e usá-la como um meio de
105 transporte coletivo, promovendo a integração da população regional através do mesmo.
106 O Sr. Eduardo Pimenta solicitou que a Secretaria Executiva disponibilizasse aos
107 membros a programação das oficinas de participação social, para revisão do plano. E
108 externou a importância do engajamento das representações dos três setores (poder
109 público, sociedade civil e usuários de água) do CBHLSJ, na revisão do Plano. Dando
110 prosseguimento, passou-se a palavra à Sra. Keila Ferreira, que fez os seguintes
111 questionamentos: verificar a possibilidade de discutir e realocar o recurso destinado
112 para saneamento no município de Arraial do Cabo/RJ, para a revitalização do Canal da
113 Álcalis, visto que devido a morosidade na execução do recurso, a obra sugerida
114 anteriormente seria realizada pela Prefeitura; identificar, enquanto Plenária, a
115 possibilidade de reservar recurso para a contratação da revisão dos planos de
116 saneamento básico dos municípios da RH VI, de forma integrada, como foi feito em
117 2014; verificar a possibilidade de prever recurso para contratação do plano de segurança
118 hídrica para abastecimento, visando identificar outras fontes de abastecimento. Passou-
119 se a palavra ao Sr. Vinícius Mendes, da Associação Raízes, que questionou os critérios
120 utilizados para escolha das ações prioritizadas e se no momento da escolha os subcomitês
121 foram ouvidos, ressaltando que só identificou uma meta para o município de
122 Saquarema/RJ e elencou as demais problemáticas que afetava a região e que
123 necessitavam de ações de mitigação. O Sr. Eduardo Pimenta externou que na I Oficina
124 de participação social enfatizou a importância de empresa responsável pela revisão do
125 plano ter uma visão holística sobre a bacia hidrográfica, pois percebeu um
126 direcionamento mais intenso para a lagoa de Araruama. E também vinha conversando
127 com a Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema, Sra. Edna Calheiros. O Sr.
128 Vinícius Mendes ressaltou que na última reunião do Subcomitê da Lagoa de Saquarema
129 se comprometeu a enviar um trabalho sobre os ofícios da Comissão de Defesa do Meio
130 Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (CDMA-ALERJ) junto com o
131 Conselho Gestor do referido Subcomitê, e que enviaria o mais breve possível à
132 Secretaria Executiva. O Sr. Arnaldo Villa Nova questionou a situação do SIGA e se já
133 podia ser usado. Em seguida, abordou a fala da Sra. Keila Ferreira, manifestando
134 satisfação na intenção do município em resolver o problema do Canal da Álcalis, que
135 impactava negativamente a Laguna de Araruama, e sugeriu aproveitar a oportunidade
136 para avaliar outra alternativa para despejo dos efluentes da Estação de Tratamento de
137 Esgoto de Arraial do Cabo, retirando da laguna de Araruama. O Sr. Clelvio Castello
138 solicitou maior detalhamento sobre os critérios adotados para alocação dos recursos,
139 sugerindo que fosse anexado ao documento apresentado demais documentos que
140 justificassem os valores mostrados, visando promover uma contextualização sobre o
141 histórico das discussões e embasamento das decisões. Com relação a fala do Sr. Clelvio
142 Castello, a Sra. Cláudia Magalhães ponderou que o documento apresentado era uma
143 planilha de saldos remanescentes de recursos repassados ao longo do CG nº 01/2017,
144 que se encerrou em dezembro de 2022. Então tais valores eram resultados de
145 levantamento de preços realizados a partir de 2018, com base nos escopos aprovados
146 pelo Comitê, para que fosse viabilizado o repasse de recursos pelo INEA. Uma vez
147 repassado, a pesquisa de preço foi atualizada, com o objetivo de obter o preço referência

148 para publicação de edital de contratação, conforme metodologia estabelecida na
149 Resolução INEA nº 160/2018. De toda forma, os processos administrativos eram
150 públicos e abertos para consulta, caso alguém tivesse dúvida acerca do procedimento
151 adotado. Logo depois, a mesma abordou os questionamentos da Sra. Keila Ferreira,
152 referente à realocação do recurso direcionado ao município de Arraial do Cabo/RJ, a
153 Sra. Claudia Magalhães externou que em 2020, no momento da aprovação do projeto
154 para iniciar a licitação para a contratação do serviço, a Prefeitura do município solicitou
155 a suspensão da contratação, com a justificativa de que iriam rever a localização da
156 estação elevatória prevista no projeto. Sendo assim, aguardou-se um tempo, e após
157 algumas tratativas, retornou-se para o projeto inicial. No final de dezembro de 2022, foi
158 feito a contratação da elaboração do projeto executivo e documentos afins, os quais já
159 foram entregues pela empresa contratada. Destacou que, segundo o projeto executivo, a
160 execução obra ficou orçada no valor de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil
161 reais), aproximadamente, ou seja, acima do valor aprovado pelo Comitê. Por fim, diante
162 dos impasses colocados pelos representantes presentes, sugeriu adiar a aprovação do
163 documento para outro momento, pois seria encaminhado para o conhecimento dos
164 membros a planilha de execução do primeiro quadrimestre do PAAD, que continha
165 todos os saldos atualizados e o status de todos os projetos em andamento, para que fosse
166 aprovado junto à Matriz. A Sra. Keila Ferreira ponderou que a suspensão foi solicitada
167 porque na época a Prefeitura não tinha conhecimento do detalhamento do projeto, com
168 isso, não havia a confirmação da viabilidade de executar o projeto no local sugerido,
169 fosse pela Prolagos ou através de projeto executivo. Depois disso, segundo a mesma, a
170 Prefeitura de Arraial do Cabo não teve contato algum com a Secretaria Executiva do
171 CILSJ, para avançar em qualquer tipo de discussão, apesar de algumas tentativas de
172 contato por parte da Prefeitura, solicitando informações sobre o processo. Contudo, se
173 parte do recurso já foi utilizado e estivesse em processo de contratação, a Prefeitura se
174 ajustaria conforme a situação. Porém, na atual conjectura, dado a demora do projeto, a
175 Prefeitura entendia que o recurso seria mais bem aproveitado em projetos de
176 revitalização ambiental no Canal da Álcalis, segundo a representante. De toda forma,
177 cabia a Plenária decidir a melhor opção. Continuando, passou-se a palavra para Sra.
178 Luciana Franco, da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, que corroborou com a fala
179 do Sr. Arnaldo Villa Nova, em relação à inclusão do *status* dos projetos, e com a fala do
180 Sr. Clelvio, e questionou sobre os critérios de tomada de decisão adotada para escolha
181 dos projetos de saneamento que seriam contemplados com o recurso do Comitê,
182 destacando que nos contratos de concessão das Concessionárias de esgoto havia a
183 previsão que as mesmas realizassem investimentos em saneamento nos municípios da
184 sua área de concessão. A Sra. Cláudia fez uma breve contextualização sobre o
185 andamento dos projetos de saneamento aprovados pelo CBHLSJ, reiterando que o
186 documento com tais informações seriam disponibilizados aos membros. A Sra.
187 Marianna Cavalcante acrescentou que, atualmente, dentro da base legal que rege o
188 sistema de recursos hídricos, existia a lei da cobrança que estabelecia que 70% (setenta
189 por cento) dos recursos arrecadados pela cobrança do uso da água deveriam ser
190 aplicados em saneamento. Nesse contexto, na época da aprovação dos recursos, que
191 voltaram do arresto do governo do Estado, foram realizadas diversas reuniões no âmbito
192 do CBH, incluindo a participação do órgão gestor e de representantes do Ministério
193 Público, onde ficou acordado que seria cumprindo o que estava disposto em Lei, sem
194 ferir nenhuma normativa legal, de colocar recurso público em uma área sob concessão
195 privada. Ficou acordado que as concessionárias apontariam localidades onde havia
196 projetos de saneamento, contudo, que não houvessem ainda entrado em seu plano de

197 investimentos quinquenal, ou seja, que não seria repassado ao contribuinte. Desta
198 forma, entendendo que havia novos representantes no Comitê, a Secretaria poderia
199 levantar o histórico das discussões, através das atas e relatórios das reuniões. A Sra.
200 Keila Ferreira corroborou com a fala da Sra. Marianna Cavalcante, e acrescentou que o
201 entendimento colocado pela Sra. Luciana Franco era de alguns promotores de justiça,
202 mas não uma regra geral. A Sra. Luciana Franco solicitou então que fosse encaminhado
203 o histórico das discussões, conforme proposto pela Sra. Marianna Cavalcante, e demais
204 documentos relevantes sobre o assunto. Em seguida, comentou sobre o Projeto de Lei
205 5.741/22, que estava revendo a distribuição do percentual, alterando a obrigatoriedade
206 mínima para 20% e, inclusive, considerando, a parte de saneamento básico como um
207 todo, e não apenas coleta de efluentes e tratamento de esgoto. A Sra. Marianna
208 Cavalcante reiterou que o documento de priorização de ações para os anos 2023-2027,
209 em pauta, contemplava apenas os investimentos já realizados pelo CBHLSJ, os quais
210 seriam priorizados, norteados as ações a serem executadas para os próximos anos, o que
211 não impediria investimentos futuros, a partir de alterações na base legal. O Sr. Clelvio
212 Castello concordou com a proposta da Sra. Cláudia Magalhães, de adiar a aprovação do
213 documento, para melhor avaliação. Logo depois, expressou o seu descontentamento
214 com a aprovação do Projeto de Lei 5.741/22. O Sr. Eduardo Pimenta destacou que
215 apesar do projeto de Lei ter sido aprovado, a Plenária era soberana e poderia manter
216 realizar investimentos na rubrica de saneamento no percentual que julgasse adequado, e
217 que um dos objetivos do referido PL era desengessar, reduzindo a obrigatoriedade de
218 investimento dos recursos arrecadados pela cobrança sobre o setor de saneamento de
219 70% para 20%. A Sra. Dalva Mansur sugeriu adequar o documento, mantendo apenas
220 os projetos que estavam em andamento e excluindo os projetos que estavam em fase de
221 discussão. Diante do exposto, foi colocado em votação o adiamento da aprovação do
222 Documento de Priorização de Ações para 2023-2027 e adequação do mesmo, conforme
223 proposto pela Sra. Dalva Mansur, sendo aprovado pela maioria dos membros. Passou-
224 se, então, para “Assuntos Gerais”, o Sr. Ricardo Guadagnin sugeriu a realização de pelo
225 menos uma reunião presencial, visando promover a integração entre os membros do
226 Comitê. O Sr. Eduardo Pimenta concordou com a colocação do Sr. Ricardo Guadagnin,
227 entretanto, desde que fosse realizado com transmissão simultânea através de plataforma
228 online, tendo em vista a dificuldade de alguns representantes conseguirem participar
229 presencialmente. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Eduardo Pimenta
230 agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Deste modo, eu, Samara
231 Miranda Porto da Hora Barros, lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada
232 pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo
233 Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos
234 legais. São Pedro da Aldeia, 25 de maio de 2023.



EDUARDO GOMES PIMENTA
Presidente do CBH Lagos São João